

realização do evento. DA DESTINAÇÃO: O(s) bem(ns) imóvel(is) de uso ora autorizado(s) servirá(ão) exclusivamente para a realização do evento "LONG PLAY", não podendo de forma alguma ser alterado tal destinação, sem o prévio e expresso consentimento escrito da AUTORIZANTE; DA VIGÊNCIA: O presente termo de autorização de uso vigorará a partir da data de sua subscrição até a data final estabelecida na Cláusula Segunda, podendo ser prorrogado ou alterado através de Aditivos, conforme preceitua a Lei nº8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 08 de novembro de 2012; SIGNATÁRIOS: Giovanni de Castro Pacheco (Secretaria de Turismo), Leiliane Batista Vasconcelos (Supervisora de Núcleo – CCC) e Paulo Rogerio Gurgel Menezes (Autorizatório).

Maximiano L. B. Chaves Filho
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

PORTARIA 1170/2012 - A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art.42, da Lei Complementar Estadual nº06, de 28 de abril de 1997 e da Resolução nº61/2012, **RESOLVE classificar, na 3ª Entrância, a vaga abaixo relacionada**, tendo em vista que a última classificação na referida entrância ocorreu pelo critério de ANTIGUIDADE, em face da VACÂNCIA do cargo da 1ª Defensoria de Crato-Portaria 914/2012, publicada no D.O.E. de 03 de setembro de 2012:

1ª Defensoria de Aracoiaba	MERECIMENTO
----------------------------	-------------

PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, aos 26 de novembro de 2012.

Andréa Maria Alves Coelho
DEFENSORA PÚBLICA GERAL

*** **

EDITAL Nº30/2012

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, atendendo o disposto nos arts.116, §3º, da Lei Complementar federal nº80/1994, de 12 de janeiro de 1994, artigos 45 a 55 da Lei Complementar estadual 06/1997, de 28 de abril de 1997 e arts.9º a 22 da Resolução nº48, de 22 de março de 2011, **TORNA PÚBLICO** aos Defensores Públicos interessados **que se encontra vago**, a ser preenchido por **PROMOÇÃO** pelo critério de merecimento, **01 (um) cargo em Comarca de 3ª Entrância**, conforme o quadro abaixo. Os Defensores Públicos de 3ª Entrância que desejarem **REMOÇÃO A PEDIDO** poderão requerê-lo à Defensoria Pública Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Estado do Ceará. Caso não haja interessado, a vaga será ofertada para **PROMOÇÃO POR MERECIMENTO** nos 10 (dez) dias subsequentes.

COMARCA	CRITÉRIO
1) 1ª Defensoria de Aracoiaba	MERECIMENTO

GABINETE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, aos 26 de novembro de 2012.

Andréa Maria Alves Coelho
DEFENSORA PÚBLICA GERAL

*** **

EXTRATO DE DECISÃO REFERENTE À SINDICÂNCIA Nº10566550-9 (SPU/DPGE)

Assim, em consonância com o bem lançado relatório apresentado pela ilustre Comissão de Sindicância, reconheço inexistir fundamento plausível e razoável que autorize a abertura de procedimento administrativo de natureza punitiva, pela absoluta falta de provas quanto à autoria do ilícito penal e administrativo do qual fora sujeito passivo a Defensoria Pública Geral do Estado. Destarte, com fulcro no artigo 209, §8º, primeira parte, do Estatuto dos Funcionários Civil do Estado do Ceará, determino o **ARQUIVAMENTO dos presentes autos**, pelos fatos e motivos elencados neste decisório. Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Defensoria Pública Geral para providenciar a publicação do extrato da presente decisão. Fortaleza, 19 de novembro de 2012.

Vanda Lúcia Veloso Soares de Abreu
CORREGEDORA GERAL

*** **

CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

O CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art.5º, inciso I, da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011 c/c Art.32, inciso I da Lei nº13.407, de 02 de dezembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar sob o SPU nº11572765-5, instaurado através da Portaria CGD Nº523/2012, publicada no D.O.E nº115 de 19/06/2012 visando apurar a responsabilidade do SD PM MARCELO SIMPLÍCIO DOS SANTOS e SD PM IVAN QUEIROZ DE ARAÚJO, pelo fato ocorrido numa abordagem policial para revista de drogas e armas, no dia 21 de setembro de 2011, por volta das 23h30min, na Rua Marechal Rondon, Aldeota, nesta cidade, teriam ofendido familiares de Francisco Alberto Gonçalves, o qual revoltou-se, passando a ser agredido com tapas e chutes e por fim lesionado à bala na perna esquerda, acima do joelho; CONSIDERANDO que os acusados nas alegações de defesa não apresentaram fundamentos para demover os fatos imputados; CONSIDERANDO que durante o procedimento as condutas dos milicianos foram individualizadas, restando ao SD IVAN, a omissão, pois repreendeu o companheiro de trabalho logo após a ocorrência do disparo, entretanto, participou da abordagem, de modo impassível, e não contribuiu para impedir que o pior ocorresse. Quanto ao SD PM MARCELO SIMPLÍCIO DOS SANTOS conclui-se que agiu de forma desarrazoada e extrapolando os limites da lei quando da abordagem de FRANCISCO ALBERTO; CONSIDERANDO que o relatório da comissão, cujo entendimento pautado nos princípios que regem o devido processo legal, foi sugerir o arquivamento do procedimento para o SD IVAN pelo não cometimento de transgressão e para o SD MARCELO, pela legítima defesa, pelas supostas agressões desferidas pela vítima; **RESOLVE discordar** do relatório de fls. 206/214, e **punir** com 04 (quatro) de PERMANÊNCIA DISCIPLINAR, sem prejuízo para o serviço o SD PM IVAN QUEIROZ DE ARAÚJO – M.F. nº304.396-1-9, de acordo com o art.42, III, por infringir os valores da moral militar constantes do art.7º, V, VI, X, violar os deveres consubstanciados no art.8º, IV, VIII, XI, XIII, XIV, XV, XXIII, XXV, XXVI, XXIX, XXXIII, caracterizando as transgressões disciplinares de acordo com o art.12, §1º, I e II c/c art.13, §1º, I, II, III, IV e §2º, XVIII e LIII, considerando-se as atenuantes do art.35, I, VII e VIII, e agravantes do art.36, II, IV, V, VI, VII, tudo da Lei 13.407/2003, permanecendo no comportamento BOM, conforme previsão do Art.54, III de referido diploma legal e punir com 10 (dez) dias de PERMANÊNCIA DISCIPLINAR, sem prejuízo para o serviço, o SD PM MARCELO SIMPLÍCIO DOS SANTOS, M.F. nº303.543-1-1, de acordo com o art.42, III, por infringir os valores da moral militar constantes do art.7º, V, VI, X, violar os deveres consubstanciados no art.8º, IV, VIII, XI, XIII, XIV, XV, XXIII, XXV, XXVI, XXIX, XXXIII, caracterizando as transgressões disciplinares de acordo com o art.12, §1º, I e II c/c art.13, §1º, I, II, III, IV, L e §2º, XVIII e LIII, considerando-se as atenuantes do art.35, I e VII, e agravantes do art.36, II, IV, V, VI, VII, tudo da Lei 13.407/2003, permanecendo no comportamento BOM, conforme previsão do Art.54, III de referido diploma legal. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 23 de novembro de 2012.

Servilho Silva de Paiva

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE
SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art.5º, inciso I, da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011 c/c Art.32, inciso I da Lei nº13.407, de 02 de dezembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes no Conselho de Disciplina sob o SPU nº11572797-3, instaurado através da Portaria CGD Nº575/2012, publicada no D.O.E. na data de 21 de junho de 2012, visando apurar a responsabilidade do SGT PM ILDEMAR VIEIRA DE FREITAS, CB PM JOÃO NUNES DA MATA E CB PM ANTONIO CLAUDIO ARAUJO CHAVES, pelo fato ocorrido no dia 26 de outubro de 2011, no município de Umirim/CE, em que os referidos cabos teriam realizado procedimentos irregulares em detrimento com o conduzido Jonas Barbosa Alves, como não dando voz de prisão, efetuando a prisão ilegalmente, inclusive, algemando-o. Enquanto que o citado SGT, no seu período de folga, teria interferido na conduta dos milicianos, aconselhando e concorrendo para que fosse retardada a liberação do referido preso; CONSIDERANDO que os acusados nas alegações de defesa apresentaram fundamentos para demover parcialmente os fatos imputados, posto que não se comprovou, tanto pelas provas materiais como testemunhais, que a vítima teria sofrido alguma tortura, física e/ou psicológica. Contudo, demonstrou-se que houve a condução ilegal da vítima até a delegacia de